

OBSERVATÓRIO CONTRA A FRAUDE**O “buraco” de Chipre: andam a enganar-nos**

A recente notícia da iminente falência da banca cipriota caiu como uma bomba nas nossas vidas, já de si atormentadas por problemas financeiros próprios



José António Moreira

De há algumas, poucas, semanas a esta parte Chipre passou a fazer parte das nossas vidas. Já antes fazia, enquanto membro dos mesmos espaços europeus a que Portugal pertence. Agora passou a ser a companhia que nos desperta pela manhã, que nos acompanha ao almoço e que nos prepara para um sono de pesadelo quando, ao deitar, ainda temos coragem para ver ou ouvir as últimas notícias do dia.

Os detalhes do acordo de saneamento do sistema financeiro cipriota foram sobejamente divulgados e discutidos na comunicação social. Igual ênfase não foi dada, porém, à discussão da actuação das estruturas dirigentes da União Europeia (EU) e do Banco Central Europeu (BCE) neste processo.

Ao longo dos últimos três anos a banca europeia foi sujeita, por diversas vezes, aos denominados “testes de stress”, destinados a averiguar a solidez financeira dos principais bancos, onde estavam os cipriotas, agora na iminência da falência.

Em Outubro de 2011, o resultado de mais um desses testes referia que a banca cipriota era saudável. Parecer que o presidente do Banco de Chipre (comercial) utilizaria para se vangloriar publicamente da robustez do seu banco e justificar a (arriscada) estratégia de negócio seguida. Isto quando a elevadíssima exposição de tais bancos ao risco da dívida grega parecia aconselhar que outro fosse o parecer. Cerca de um ano depois, já após o “perdão” de parte da dívida grega, o teste conduzido referia que as necessidades de capital deste último banco seriam da ordem de 1,8 mil milhões de euros.

A recente notícia da iminente falência da banca cipriota caiu como uma bomba nas nossas vidas, já de si ator-

mentadas por problemas financeiros próprios. Não explicava como era possível que apenas cinco meses depois do último teste o “buraco” tivesse aumentado cinco vezes!

Também não trazia qualquer referência a uma hipotética intenção dos dirigentes europeus de apurarem responsabilidades pessoais pelo sucedido. Não transmitia a mais leve centelha de esperança de que seria lançado um inquérito para se averiguar como foi possível ter-se chegado onde se chegou, como foi possível que testes que custaram fortunas não tivessem fornecido uma radiografia da situação calamitosa de tais bancos.

Tal omissão só pode significar uma coisa: a situação era conhecida dos dirigentes mas escondida dos cidadãos. Sinto-me defraudado. Andam deliberadamente a enganar-nos e nem sequer procuram escondê-lo.

Que confiança podemos ter no sistema financeiro? Pior, que confiança podemos ter nos dirigentes da UE e do BCE, que, conhecendo a situação, adiaram a resolução do problema até os bancos cipriotas quase soço-

brarem e então, num ato pouco pensado, propuseram uma solução “sem pés nem cabeça”?

Solução que foi retirada quase de imediato, mas não sem custos, pois em países financeiramente frágeis como Portugal não deixou de minar ainda mais a confiança no sistema e poderia mesmo ter desencadeado uma corrida aos bancos.

E não há responsabilidades atribuídas. E não parece que venham a existir. Assim não vamos lá, com dirigentes nacionais que criam autênticos “cocktails” explosivos, que afectam todos os cidadãos europeus e não apenas os seus concidadãos, e com (ir)responsáveis dirigentes europeus que parecem não estar abrangidos pelo dever básico de prestar contas dos seus actos.

Assim não vamos lá.

Escreve à sexta-feira



Que confiança podemos ter nos dirigentes da UE e do BCE?

VALORES

LUÍS GONÇALVES DA SILVA

A reforma

Há muito que se fala sobre a reforma do Estado, parecendo que a mesma significa “rescisões amigáveis” na função pública.

Não podemos confundir a reforma do Estado com a reforma da administração pública, e esta com a cessação de contratos de trabalho.

A reforma do Estado exige, desde logo, saber quais as funções essenciais do Estado em cada sector (por exemplo, saúde, educação, justiça, etc.), qual a articulação dessas funções com o sector privado, qual o grau de implementação territorial (por exemplo, distrital, municipal, ao nível da junta de freguesia), qual o custo das opções, etc.

Depois disso, então poderemos identificar o género de trabalhadores (por exemplo, qualificações) de que precisamos em cada uma das áreas em que o Estado estará presente; e, assim, concluir se temos ou não funcionários a mais e quais. Em suma: que Estado queremos e que Estado poderemos ter.

Sem aquela reflexão, falar em reforma é cometer um erro com custos incomensuráveis. Infelizmente, o tema, que é estruturante de qualquer país, corre o sério risco de ser tratado com se estivessemos perante uma mera análise contabilística, sob a pressão do tempo e ignorando a necessidade de envolver todos os cidadãos. É que há assuntos que, pela sua importância e dimensão, exigem que a sociedade civil se pronuncie, demonstrando que democracia não é uma palavra vazia de conteúdo e meramente formal.

A democracia exige muito mais do que meras eleições, e esta é uma boa altura para demonstrar a qualidade da nossa. *Escreve à sexta-feira*